

Cristina Zanello

Parcelamento de Débitos Tributários das Empresas



- **REFIS**
- **Questões Práticas**
- **Doutrina e Jurisprudência**

4ª Edição
Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-5004-5



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Zanello, Cristina.

Z28 Parcelamento de débitos tributários das empresas./
Cristina Zanello./ 4ª edição./ Curitiba: Juruá, 2015.
328p.

1. Direito tributário. 2. Débito fiscal. 3. Empresas –
Finanças. I. Título.

CDD 346.07(22.ed)
CDU 347.73

000021

SUMÁRIO

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS.....	17
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
INTRODUÇÃO	21
1 O ESTADO E A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.....	25
1.1 Estado Democrático de Direito e o Sistema Tributário	30
1.2 A Empresa e sua Função Social	32
1.2.1 A preservação da empresa como direito fundamental	37
1.2.2 Preservação da empresa na lei de recuperação e falências.....	40
1.2.3 Empresa viável.....	43
1.3 Empresa em Crise	48
1.3.1 Crise financeira.....	49
1.3.2 Crise pela má administração da empresa	52
1.3.3 Crise e tributação	53
1.3.4 Crise pela limitação da livre-iniciativa	61
1.4 A Empresa em Crise e o Dever de Contribuir	62
1.5 Capacidade Contributiva e Capacidade Econômica	64
1.5.1 Quadro Comparativo	69
2 A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E O PARCELAMENTO	71
2.1 Créditos e Débitos Tributários	74
2.2 Natureza Jurídica do Parcelamento de Débitos Tributários	78
2.2.1 Moratória e parcelamento	78
2.2.2 Anistia e parcelamento.....	83

2.2.3	Planejamento tributário e parcelamento.....	84
2.2.4	Renúncia fiscal e parcelamento.....	85
2.2.5	Incentivo fiscal e parcelamento.....	86
2.2.6	Benefício fiscal e parcelamento	87
2.2.7	Novação e parcelamento	88
2.2.8	Transação e parcelamento.....	91
2.3	Conceito de Parcelamento de Débitos Tributários	92
2.3.1	Pagamento e parcelamento	93
2.4	O Parcelamento no Código Tributário Nacional	96
2.5	Efeitos Jurídicos do Parcelamento de Débitos Tributários.....	100
2.5.1	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	100
2.5.2	Suspensão da pretensão punitiva do Estado.....	103
2.5.3	Interrupção do prazo prescricional.....	107
2.6	Parcelamento no Direito Comparado	108
2.7	Fundamentos do Parcelamento de Débitos Tributários	113
2.8	Legislação do Parcelamento de 1831 a 2014 (Lei 13.043 de 13.11.2014).....	118
2.9	Modalidades de Parcelamento.....	150
2.10	Lei 11.941/09 como um Marco na Legislação do Parcelamento Tributário Federal.....	153
3	RESTRIÇÕES INCONSTITUCIONAIS AO PARCELAMENTO	165
3.1	Requisitos Para a Concessão do Parcelamento.....	166
3.1.1	Confissão de dívida.....	166
3.1.2	Renúncia às ações judiciais.....	168
3.2	Denúncia Espontânea	169
3.3	Cláusulas de Exclusão dos Programas de Parcelamento	174
3.4	Proibições do Pedido de Parcelamento.....	178
3.4.1	Tributos retidos e não recolhidos.....	182
3.4.2	Exceção feita aos entes públicos.....	185
3.4.3	Descriminalização.....	188
3.4.4	Apropriação indébita previdenciária.....	189
3.4.5	Inexigibilidade de conduta diversa	194
3.4.6	Coexistência de procedimentos de parcelamento.....	198
3.4.7	Microempresas e pequenas empresas.....	201

4	INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS DO PARCELAMENTO.....	205
4.1	Interpretação Sistemática	205
4.2	Falsos Paradigmas sobre o Parcelamento.....	213
4.3	Princípios Informadores do Parcelamento.....	219
4.3.1	Princípio da boa-fé.....	219
4.3.2	Princípio da isonomia	222
4.3.3	Princípios da capacidade contributiva e da capacidade econômica.....	226
4.3.4	Capacidade econômica do substituto e do responsável tributário	234
4.3.5	Princípio do não confisco	239
4.3.6	Princípios da legalidade, do contraditório e do devido processo legal	243
4.3.7	Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	245
4.3.8	Princípio da moralidade	249
4.4	A Discricionariedade do Estado no Parcelamento	250
4.5	Discricionariedade dos atos praticados pelos três poderes	253
4.6	O Direito de Petição e o Poder Discricionário do Legislador	259
4.7	Parcelamento como Instrumento de Intervenção do Estado.....	263
5	QUESTÕES PRÁTICAS	269
5.1	Redução dos Débitos Parcelados.....	270
5.1.1	Decadência e prescrição.....	270
5.1.2	Redução das multas	279
	CONCLUSÕES	287
	REFERÊNCIAS	295
Anexo I –	Fls. 1 Principais programas de parcelamento de débitos tributários – dados comparativos.....	307
Anexo I –	Fls. 2	308
Anexo II –	Fls. 1	309
Anexo II –	Fls. 2	310
Anexo III –	Tabela – Valores mínimos das parcelas.....	311
	ÍNDICE ALFABÉTICO	313